

Walter Tiyozo Linzmayer Otsuka

Conselho Nacional
do **Ministério Público**
e **Segurança Pública**

A contribuição da Corregedoria
Nacional para o aprimoramento da
atuação institucional na matéria

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Introdução	1
1 Do Ministério Público	7
1.1 Conformação constitucional – princípios, estrutura organizacional e atribuições.....	7
1.2 A defesa dos direitos difusos e coletivos pelo Ministério Público, seu dever de zelo pelos direitos assegurados na Constituição e sua atuação na concretização do direito fundamental de acesso à Justiça	15
1.3 Reflexões sobre a trajetória da instituição no pós-88	22
2 O Conselho Nacional do Ministério Público.....	33
2.1 Do controle externo ao fortalecimento das funções do Ministério Público	33
2.2 O novo paradigma institucional: a necessidade de atuação estratégica para a resolução de conflitos.....	40
2.3 A Corregedoria Nacional e o desempenho de suas funções no biênio 2022/2023 frente à Política Nacional de Atuação Resolutiva	53
3 Segurança Pública	59
3.1 Do dever do Estado na promoção do direito fundamental à segurança pública	59
3.2 Da positivação do direito fundamental à segurança pública na Constituição Federal de 1988 e dos fatores que levaram à criação de um marco legal sobre o tema	63

3.3 A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e o Sistema Único de Segurança Pública.....	70
3.4 O papel do Ministério Público na tutela da segurança pública: da atuação individual à atuação coletiva	79
4 Perspectivas sobre a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público no campo da segurança pública.....	89
4.1 Do tratamento normativo dado à segurança pública pelo Conselho Nacional do Ministério Público.....	90
4.2 Projetos institucionais do Ministério Público na área da segurança pública: exercício legítimo de atribuição constitucional ou invasão de competência privativa do gestor público?	95
4.3 Bypass institucional: conceito e características.....	105
4.4 O bypass institucional adotado pelo Conselho Nacional como estratégia de fomento às práticas resolutivas na área da segurança pública pelo Ministério Público brasileiro	113
Considerações Finais.....	123
Anexo I Tabela de iniciativas na área da segurança pública, objeto de análise das correições temáticas de fomento à resolutividade, selecionadas para ingresso no Banco de Boas Práticas da Comissão de Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público	127
Referências Bibliográficas.....	151